

Estado da publicação: Não informado pelo autor submissor

'ESCÂNDALOS' DE CORRUPÇÃO NO BRASIL, SISTEMA DE TROCAS E REDES DE INFLUÊNCIA

Carlos Henrique Filgueiras Prata de Almeida

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.6985>

Submetido em: 2023-09-18

Postado em: 2023-10-05 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

'ESCÂNDALOS' DE CORRUPÇÃO NO BRASIL, SISTEMA DE TROCAS E REDES DE INFLUÊNCIA

Carlos Henrique Filgueiras Prata de Almeida
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4814-8683>
<henriquefilgueiras@academico.ufs.br>
Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, SE, Brasil.

RESUMO: A análise do sistema de trocas corruptas no Brasil e dos mecanismos sociais que o estruturam requer a compreensão do processo de negociações e das relações de influência envolvidas, bem como de seus princípios de organização e sua conexão com o funcionamento da política. Para isso, dialogamos com autores de diversas perspectivas ou "paradigmas" (Vanucci, 2015; Filgueiras, 2006), que abordam o fenômeno da corrupção e seus agentes de forma sociológica (Granovetter, 2006), conferindo destaque à importância das relações interpessoais como elemento definidor dessa rede de trocas (Bezerra, 1995; Petrarca, 2021), sem negligenciar aspectos fundamentais da economia política (Rose-Ackerman, 1978). A análise dos chamados "escândalos de corrupção" ocorridos no Brasil revela a existência de uma rede policêntrica na qual recursos são movimentados e estabelecem-se relações econômicas e de influência entre operadores, políticos e empresários, o que tem um impacto significativo no processo decisório.

Palavras-chave: corrupção, sistema de trocas, redes de relações, escândalo, recursos sociais.

CORRUPTION 'SCANDALS' IN BRAZIL, EXCHANGE SYSTEM AND INFLUENCE NETWORKS

ABSTRACT: The analysis of the corrupt exchange system in Brazil and the social mechanisms that gives it a structure requires understanding the negotiation process and the influence relationships involved, as well as its organizational principles and their connection with the functioning of politics. To attain such goals, we use a theoretical framework with authors from different perspectives or "paradigms" (Vanucci, 2015; Filgueiras, 2006), who approach the phenomenon of corruption and its agents in a sociological way (Granovetter, 2006), highlighting the importance of interpersonal relationships as an element defining this network of exchanges (Bezerra, 1995; Petrarca, 2021), without neglecting fundamental aspects of political economy (Rose-Ackerman, 1978). The analysis of the so-called "corruption scandals" that occurred in Brazil reveals the existence of a polycentric network in which resources are moved and relationships, whether economics or influential, are established between operators, politicians and businesspeople, which has a significant impact on the decision-making process.

Keywords: corruption, exchange system, relationship networks, scandal, social resources.

INTRODUÇÃO

O panorama contemporâneo dos estudos sobre redes de corrupção revela várias descobertas importantes, destacando a atuação coletiva das redes que resultam em corrupção em suas propriedades estruturais e dinâmicas universais, analisando sua estrutura modular e como seu processo de crescimento é marcado pela coalescência de seus membros. Esse aumento de participantes e de ligação entre atores trazida por esse processo trazem proteção e apoio, permitindo uma atuação à margem das investigações jurídicas e dos mecanismos político-institucionais de controle.

Não obstante esse conjunto de trabalhos, ainda há uma certa lacuna na literatura sobre os aspectos relacionais e dos recursos e saberes mobilizados nessas redes. Além disso, conceitualmente, existe uma dificuldade em abordar a complexidade do fenômeno ‘corrupção’ e os contextos envolvidos (extremamente voláteis). Assim, algumas abordagens teórico-metodológicas diferentes são pertinentes à sua análise, como é o caso do estudo de redes, em voga nas últimas décadas.

Paralelamente a isso, é necessário estar atento às noções de corrupção que são mobilizadas. Vanucci (2015) realiza uma revisão do estado da arte desse campo de estudo, dividindo suas descobertas em paradigmas teóricos: (a) um primeiro paradigma econômico, cuja ênfase está no cálculo de custo-benefício das escolhas individuais e dos processos de tomada de decisão; (b) um paradigma culturalista, enfatizando como a cultura política e sua internalização enquanto norma e valor afeta as preferências morais dos indivíduos e as restrições normativas; (c) o neoinstitucionalismo, englobando uma análise dos mecanismos de regulação acerca das interações nas redes de troca corruptas e no papel desempenhado pelas instituições formais e informais para moldar as expectativas e as crenças dos atores sociais; e por fim (d) o paradigma da escolha racional surge na década de 90, pensando a corrupção pela perspectiva de que os atores visam maximizar seus interesses e minimizar seus custos. Este se torna um dos principais modos de interpretar a corrupção, motivando, inclusive, reformas institucionais e na estrutura do estado.

Dentro dessa temática, os estudos sobre redes de corrupção no Brasil ainda não são muito numerosos quanto outros objetos e temáticas, mas pesquisas clássicas e recentes lançaram luz sobre suas propriedades.¹ Alguns estudos analisaram as formas e fontes da corrupção no Brasil de uma perspectiva ampla, interpretando relações e conluios entre partidos, governos regionais e o parlamento (Oliveira, 2008; Dal Vesco; Santos; Scarpin, 2014) ou entraves ao desenvolvimento (Araújo, 2021). Além disso, também houveram trabalhos focados na implementação de medidas anticorrupção com base em dados, fornecendo uma rotina institucional para seu combate (Carson, 2014; Velasco, 2018). No geral, esses estudos contribuem para a compreensão das redes de corrupção no Brasil e destacam a importância de abordar a corrupção para o desenvolvimento e a democracia do país.

Historicamente, apesar da presença constante da corrupção no noticiário, na política e no imaginário social, o tema não atraiu a atenção de sociólogos e cientistas políticos enquanto objeto exclusivo de investigação, com exceção de alguns trabalhos seminais, como Rios (1987) e Bezerra (1995), citados por Petrarca (2021) em levantamento.

Essa ‘escassez teórica’ (Bonigiani, 2009) pode estar relacionada à dificuldade de acessar materiais e dados empíricos sobre a corrupção. Trata-se sempre de estudar a corrupção que deu

¹ Além destes, ressalto o trabalho realizado no Laboratório de Estudos do Poder e da Política, do qual faço parte. Recentemente, o interesse do laboratório passou a centrar-se nas redes, ativismos e discursos relacionados à corrupção, com diferentes linhas de pesquisa, monografias e projetos de mestrado em andamento sobre a temática.

errado, foi denunciada e virou objeto de investigação e polêmica pública, como ressaltam Filgueiras (2006) e Chaia e Teixeira (2001).

Os materiais provenientes destas, porém, ainda nos permitem centrar alguma análise no peso das relações sociais, sejam de amizade ou a partir de capital social adquirido, e como influenciam na regulação das práticas corruptas. Parte-se do princípio de pensar o fenômeno como prática fundada numa combinação de lógica pessoal e de princípios institucionais.

Conforme supracitado, a presença da corrupção como uma constante no histórico do país não foi suficiente para que os cientistas políticos e sociais investigassem o fenômeno a fundo antes da redemocratização.

Nesse sentido, os trabalhos de Rios (1987) e Bezerra (1995) abrem tal caminho interpretativo, e são alguns dos mais completos nesse tema, trazendo a necessidade de analisar tanto a relação entre os atores envolvidos como também os recursos mobilizados por estes, como por exemplo o capital social ou de influência, numa espécie de 'mercado da corrupção'. Diferentes habilidades são convertidas nessa rede, e esse código e modo de se relacionar é fundamental para estabelecer trocas e acordos, a partir da *expertise* do agente em questão em estabelecê-la.

Por esse prisma, essa capacidade é muito mais impactante, no sentido de alterar a rota da rede em benefício de algum interesse, em comparação com a atuação de eventuais lideranças ou centralizações.

Pode-se ver a relevância do modelo analítico proposto ao pensarmos, também, na política nacional - especialmente após 2013, houve uma individualização da noção de política, trazendo uma certa independência de partidos que pode levar, por exemplo, ao desenvolvimento de frentes parlamentares (Coradini, 2010; Pereira, 2020). Surge, então, um contexto onde angariar redes de relações e influências para além do seu próprio partido ou ideologia é ainda mais importante do que estabelecer-se na política institucional. A eleição de *outsiders*, ocorrida em larga escala nas eleições de 2016 e 2018, também são reflexos desse processo.

Tal dinâmica também reflete-se no modo como a corrupção ocorre e embasa-se no Brasil. As redes pessoais tornam-se ainda mais relevantes, independentemente de partido ou de concordâncias ideológicas, importando apenas a adaptação ao esquema e a capacidade de intervir em favor do estabelecimento das trocas econômicas, logísticas e decisórias.

Desse modo, a ampliação e diversificação dos recursos e atores da corrupção nos leva a interpretar essa rede como um sistema policêntrico, com diferentes "pólos", interconectados, mas dotados de grande grau de autonomia. Essa estrutura centrífuga (Petrarca, 2021), possui ainda grande efeito nas investigações jurídicas e na reestruturação do sistema político, após as operações de combate à corrupção.

Compreender atores e relações é chave, portanto, para descrever o sistema de corrupção nacional.

NOS CORREDORES DO PODER: ENTRE ATORES, INSTITUIÇÕES E RELAÇÕES

"Corredores do poder" foi uma expressão cunhada por C.P. Snow (1964) em sua série de romances "Estranhos e irmãos". Com o tempo, tornou-se comum referir-se às relações dentro de um governo a partir dela, e pensar sobre como são essas relações, e não as posições institucionais, que indicam-nos para o espírito político, moral e ideológico de cada período. Resta nessa analogia a pertinência da análise da política a partir das redes de relacionamento - esses espaços organizacionais

do poder constroem consigo redes executivas e relacionais, aonde misturam-se aspectos institucionais, econômicos e também pessoais - disputas, egos, interesses de acumulação, vantagens políticas, econômicas e logísticas. O conceito também destaca a natureza defensiva das organizações em rede, conforme elas navegam pelas complexidades da dinâmica de poder e da tomada de decisões, concomitantemente em que necessitam estabelecer um sistema de proteção de riscos ou de investigações. O termo “corredores de poder” sugere que esses espaços são onde decisões importantes são tomadas e onde indivíduos com influência e autoridade podem moldar a direção da sociedade.

Assim, é possível apresentar como as conceitualizações sobre corrupção coadunam-se para permitir uma compreensão ampla dessa rede de relações.

A ideia de algo ser ‘corrupto’ traz consigo um conjunto de interpretações, dependendo dos contextos históricos e culturais nos quais está inserida e é utilizada, possuindo valor descritivo das visões de uma sociedade, e podendo ser visto como um traço político-cultural.

Assim, o modo de definição da corrupção é definida em diferentes situações é a base para perceber os mecanismos sociais através dos quais esses termos são construídos. A corrupção no presente trabalho é entendida como "produto de denúncias, de representações e da delimitação de práticas tidas como de corrupção" (Bezerra; Silva, 2021), que a partir de seus indícios - e ao estabelecer-se como um escândalo, demanda investigação de outros poderes.

Conforme as interpretações mais comuns nos estudos nacionais sobre o tema, a corrupção seria decorrente de um aparato institucional que incorporou uma centralização da burocratização e da pessoalidade no tratamento da coisa pública, em detrimento da uma ‘racionalidade impessoal’. Simultaneamente, seus representantes consistiam, de modo geral, de uma classe política incapaz de “colocar os bens coletivos acima dos seus próprios interesses” (Vanucci; Petrarca, 2020, p.309).

Essa “pessoalidade burocrática” implica em entender como os agentes da política agem, e a forma como essa estrutura se articula - aqui, interpretamos essas redes formadas como um arranjo organizacional formado por um grupo de atores, que se articulam ou são articulados visando realizar objetivos complexos, impossíveis de forma isolada (Migueletto, 2001). Assim, há uma dualidade entre a autonomia e a independência. Deste modo, Charan (2000) afirma que o fundamento de uma rede é sua arquitetura social, com seus mecanismos e capacidade de integrar diferentes organizações. A institucionalização de uma rede colaborativa depende, então, de três elementos: a existência de recursos disponíveis, uma infra-estrutura informacional e procedimentos estabelecidos, aprendidos pelas regras de funcionamento da mesma, como também os meios pelos quais os recursos e conexões ocorrem.

Deste modo, perceber a ampliação e diversificação dos recursos e atores das redes de corrupção nos leva a interpretar seu funcionamento como um sistema descentralizado, baseado no sistema de trocas, dividindo bens e benefícios de forma organizada. Para essa fluidez, cada membro dessa rede deve saber o esperado dos outros membros.

Daí surge esse sistema generalizado e complexo, que têm sido analisadas por vários pesquisadores, como Garay-Salamanca, Salcedo-Albarán e Fernández (2018), numa análise da macro-corrupção e da cooptação institucional a partir da Lava Jato; Granovetter (2006), que estudou a construção social da corrupção, além de outros trabalhos nacionais, como o de Marques (1999) na análise das redes e instituições na construção do Estado e sua permeabilidade.

A grande complexidade advinda desse alto “profissionalismo” das redes de corrupção, nos traz novamente à ideia de que estudar a corrupção a partir do revelado na opinião pública é estudar apenas a corrupção mal sucedida.

É necessário fazer uso desse material de denúncia para abordar o peso das relações sociais na regulação das práticas corruptas. Para isso, partimos de um “escândalo” (Thompson, 2020) de corrupção (ou seja, o caso gera repercussão e resposta pública, possuindo efetivo material jurídico, político e investigativo de imprensa, tornando possível inferir as relações): o chamado “Petrolão”, investigado pela Operação Lava Jato.

Queremos realizar não um juízo de valor ou uma presunção de inocência ou culpa, mas partir do relatado nos materiais oficiais para entender relações de mediação e de solução de problemas, ou até mesmo como as gramáticas de “afeto, amizade e reciprocidade” (Bezerra, 2018) desempenham nos modos de aproximação entre os atores do sistema de trocas corruptas, de modo a buscar vantagens a partir de seus recursos de poder, das posições ocupadas e dos padrões de interação (Marques, 1999).

Tendo em vista as considerações acima, situamos nosso estudo na relação entre os conceitos de corrupção, redes de relações e mobilização de recursos e sua reconversão no poder. É a partir dessa integração, e partindo dos dados desse estudo de caso, que pretendemos apreender relações sociais e recursos mobilizados.

CASO PARA ESTUDO: LAVA JATO E TESES DE CENTRALIDADE

Nessa seção, trazemos alguns resultados relativos a um artigo (Almeida, 2020) à monografia do autor (Almeida, 2022), intitulada “A dinâmica da corrupção no Brasil: análise da atuação de operadores no esquema da Lava Jato”, objeto atualmente sendo avançado ao longo da pesquisa de mestrado, dialogando com essa tradição de estudos sobre as condições sociais de uma rede de corrupção.

No trabalho em questão, a partir da análise da rede de trocas corruptas investigada na Operação Lava Jato, buscou-se entender as características assumidas pelo sistema no país, a partir de redes formais e informais, evidenciando uma rede policêntrica holística, com a atuação de diferentes setores para sua sustentação.

No Brasil, uma das partes fundamentais da história recente de nossa democracia – e de como pensamos e combatemos a corrupção – começou a ser escrita em 2014, no Posto da Torre, na Asa Sul de Brasília. Lá, pela primeira vez, surgiu o que viria a ser conhecido como ‘Operação Lava Jato’, antes mesmo de seus “heróis”, de seus discursos e das profundas mudanças na dinâmica política posteriormente.

A Operação Lava Jato investigou a relação corrupta entre agentes do sistema público, empresários e doleiros. Tratava-se de um sistema complexo, demandando muitas etapas de operação, e também um princípio norteador. Revelou-se um esquema envolvendo operadores financeiros, agentes públicos, políticos e executivos de grandes empresas (Petrarca, 2021), que articulavam-se para lavar dinheiro, intervir na licitação e concessão de obras públicas a partir da combinação de valores, bem como captar propina para financiamento de processos eleitorais.

A função da rede era estabelecer uma aliança harmoniosa para dividir as obras e licitações entre as empreiteiras e os recursos financeiros entre os políticos, permitindo benefícios para todos.

Não se trata, porém, de uma inovação ou de um fenômeno recente - essas formas de relações entre empreiteiras e Estado vêm sendo tecidas, no entanto, há um longo tempo. (Bezerra, 2017, p.100)

De todo modo, essa rede auxilia a entender como opera a lógica da corrupção e como estruturam-se redes sistêmicas baseadas em relações, confiança e governança. Em comparação com outros escândalos de corrupção, vemos que este adaptou-se aos problemas sofridos por escândalos anteriores (não relacionados ao escopo deste artigo), dando mais agência às trocas individuais e diminuindo o controle de partidos e lideranças sobre essas redes.

Ao descrever essas trocas individuais, torna-se possível demonstrar como diferentes atores são capazes de intervir e alterar a rota dessa rede, categorizando a estrutura das pontes e articulando suas interações.

Metodologicamente, a presente pesquisa é de natureza quali-quantitativa, tendo base na análise documental de bibliografia jurídica, política e material de imprensa. No caso específico dos documentos acerca da corrupção, ressalta-se que os materiais jornalísticos e jurídicos, por natureza, podem possuir enviesamento, sejam estes discursivos, políticos ou institucionais. O significado da corrupção é construído socialmente e situado historicamente, bem como os conceitos de representação, integridade, e de quais práticas são ou não reprovadas. Trata-se, portanto, de um material já codificado, devendo ser tratado como tal. O cientista social pode se debruçar sobre esses códigos, realizando uma análise a partir de seu arcabouço teórico-metodológico, apreendendo seu funcionamento e construindo uma interpretação mais objetiva. Complementarmente, através da estruturação e alimentação de um banco de dados, consegue-se realizar uma categorização e identificação de padrões no contexto da codificação percebida, possibilitando a utilização do ferramental estatístico.

Assim, a partir do levantamento previamente realizado e com o objetivo de promover a identificação dos principais atores envolvidos nessa rede, foi construído um banco de dados com informações fundamentais à análise, como função (Agente Público/Agente Privado/Operador), relações estabelecidas (conforme noticiadas ou citadas em investigações, inquéritos e etapas da operação) e tipo de relações (Políticas/Econômicas/Logísticas).

Num segundo momento, foi feita a inserção desses dados no *Gephi*, programas de análise estatística, realizando uma análise tabular e gráfica a partir das relações identificadas e dos tipos de agentes. Para a análise da centralidade, parte-se da medida de intermediação (*betweenness centrality*), uma maneira de detectar a quantidade de influência que um nó tem sobre o fluxo de informações em uma rede, ao medir a extensão em que um vértice se encontra em caminhos entre outros vértices. Dessa forma, a estrutura da rede permite interpretar seu funcionamento, apontando os principais atores dentro desta.

Assim, a partir da identificação das relações desses atores nesse contexto, pudemos inferir os tipos de trocas estabelecidas, quais os recursos sociais necessários para estas e como a estrutura geral da corrupção no Brasil funcionou nesse caso.

DESCRIÇÃO DE RESULTADOS

Como dito, o material usado para analisar as redes de corrupção advém de inquéritos e matérias jornalísticas. Seu uso serve apenas a função de elucidar os princípios sociais organizadoras de tais práticas e perceber como apresentam padrões mais gerais das relações institucionais e corruptivas na sociedade nacional.

Dirigimos a análise para questões como a mobilização das relações pessoais a partir do material da Fundação Vortex (2022), bem como percebemos como elas são mobilizadas no sentido de trocas de bens, serviços e favores. Como base teórica, afirmamos que recorrer a padrões de relacionamento pessoal, na sociedade brasileira, é uma estratégia socialmente aceita para alcançar objetivos que só seriam formalmente atingidos (Bezerra, 2018, p.53).

Tais trocas implicam em relações e estruturas de influência, variando de um tipo para outro. A variação desses vínculos, relações e serviços conduzem a rede de trocas mais ou menos integrativas e mais ou menos resilientes.

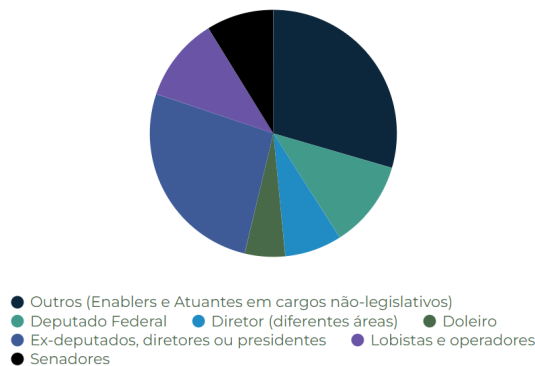
Devido à impossibilidade de analisar os 322 perfis mapeados pela, optou-se por analisar a rede de alguns operadores, por serem vistos enquanto atores responsáveis por ‘interligar’ os mundos público e privado, atuando nas zonas cinzas da corrupção. Além disso, acerca destes, devido às delações premiadas e a não possuírem proteção política direta, há maior quantidade de material disponível, aumentando o grau de certeza das informações e nos permitindo inferir teoricamente como as relações estabelecem-se.

Além disso, os operadores aqui analisados eram vistos como "líderes" dos operadores nas quatro investigações que deram origem à Lava Jato, e analisar suas redes nos permite perceber de que modo opera a descentralização da influência e a estruturação do 'modus operandi' da corrupção no Brasil, ao contrário de uma perspectiva de ‘lideranças’ utilizada na investigação.

Desse modo, a partir das informações coletadas, o primeiro passo foi construir um gráfico estatístico dos cargos e funções dos agentes citados no processo, e posteriormente pôr sua influência em perspectiva.

Figura 1: Cargos, funções e situação dos envolvidos no processo.

CARGOS E FUNÇÕES DE ENVOLVIDOS NA LAVA-JATO

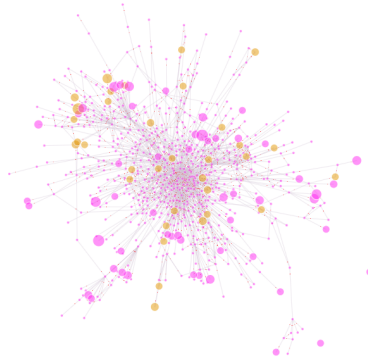


Fonte: Do autor.

Traçando cada agente citado num inquérito como um ‘nó’, e removendo os nomes, construiu-se o pólo de influência de cada um deles, que serve para demonstrar como a rede, nas interações realizadas nas mesmas, não possui ‘mandos’ nem coordenação central, agindo de forma

estruturada no contexto das relações pessoais socialmente organizadas. Caminha (2003) comenta sobre como as boas relações são uma das principais características da corrupção, e consistem na troca de favores com ou entre os agentes envolvidos. A Figura 2 demonstra a descentralização da rede:

Figura 2: Pólos de influência.



Fonte: VORTEX FOUNDATION, 2022.

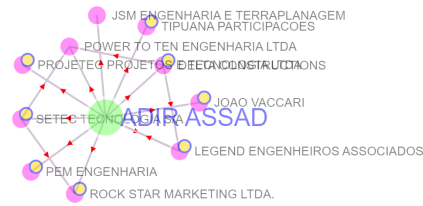
Devido ao tamanho e complexidade da rede, mesmo realizando uma primeira filtragem em relação à figura dos operadores, uma etapa posterior passou pela escolha de quais, em específico, analisar. Na primeira fase da investigação, a literatura aponta que o foco encontrou-se na atuação de doleiros, considerados “líderes das organizações criminosas”, segundo os processos da Operação. Percebemos, na atual investigação, que não tratava-se de uma função de liderança, mas um posicionamento estratégico para alterar a rota da rede. Atendo-nos aos doleiros, os inquiridos apontam uma atuação a partir de seus contatos, relacionamento e habilidades (sociais e técnicas), para alterar a rota dessa rede, conquistando espaços no processo econômico e decisório. De um modo geral,

[...] assumem funções de alto risco no mercado de trocas corruptas garantindo e possibilitando a realização dos negócios. Para isso, eles mobilizam um conjunto de habilidades adquiridas em determinados espaços profissionais diversificados, fornecendo vários recursos como informações, contatos e confiança. Dentre os ofícios com alta capacidade de se converter em mediadores de trocas corruptas estão advogados, corretores, ex-burocratas, ex-funcionários públicos, uma vez que suas atividades profissionais contribuem para construir relações de confiança com aqueles que podem se beneficiar das trocas corruptas (PETRARCA, 2021).

Portanto, construímos redes individuais para cada um dos operadores escolhidos, a partir do material da Fundação Vortex (2022). Em suas análises gráficas acerca da corrupção global, a Fundação aponta que os operadores, supostamente, fizeram uso de seus campos de relações para desviar recursos, utilizando contas e empresas de fachada.

Começaremos por Adir Assad, empresário e lobista paulista, conhecido por sua atuação na promoção de shows e eventos no Brasil, a partir de sua rede de empresas. Em maio de 2015, o empresário foi indiciado na CPI da Petrobras, sendo posteriormente denunciado por lavagem de dinheiro e associação criminosa.

Figura 3: Redes de Adir Assad.



Fonte: VORTEX FOUNDATION, 2022.

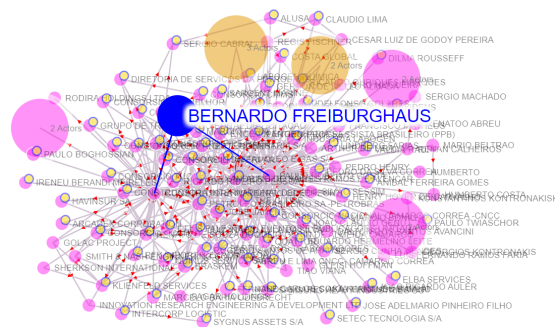
Podemos inferir que o doleiro possuía uma gama de influências concentrada em empresas do ramo da engenharia, conectando-as a políticos e empresários, tanto para a produção de seus eventos quanto para possibilitar o estabelecimento de contratos com a Construtora Delta.

Conforme inquérito, outro uso da extensa redes de influência de Assad era o de estabelecer vantagens nas licitações e demais processos públicos. Nesse sentido, a influência atingida pela relevância no campo dos negócios permitiria uma “ponte” entre atores, a partir de suas empresas. As notícias demonstram que Adir teria feito uso de suas empresas para movimentar dinheiro a outras contas dentro desta rede.

Assim, redes mais concentradas requerem especialização de alguns atores nas ações econômicas e na logística destas. No caso de Assad, o misto de negócios legais e ilegais traz consigo uma *expertise* no estabelecimento de relações que possam colaborar no sentido de adquirir benefícios econômicos e de recursos, e também o domínio de um ramo de negócios, conforme supracitado.

Porém, essa especialização não é o único modo de angariar variados contatos, como demonstrado pela rede de Bernardo Freiburghaus. Nascido no Brasil e filho de pais suíços, foi um empreiteiro da Odebrecht contratado para operar propinas, responsável por intermediar pagamentos no exterior para a Odebrecht, abrir contas no exterior em nome de administradores da Petrobrás e providenciar transferências de e para Odebrecht controladas pela Odebrecht ou afins. O operador admitiu (Chade, 2020), em delação, completo envolvimento no esquema e manifestou arrependimento, colaborando com as investigações. Sua rede nos auxilia a entender como percebemos a heterogeneidade de relacionamentos e atividades também contribui para que a rede seja funcional e resiliente às investigações.

Figura 4: Redes de Bernardo Freiburghaus.



Fonte: VORTEX FOUNDATION, 2022.

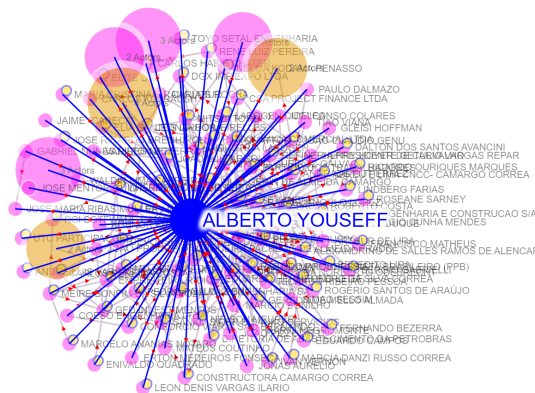
Por ser responsável pela propina da Odebrecht, Bernardo necessitava estabelecer contatos simples ou profundas relações com os mais diferentes políticos, empresas e seus respectivos empresários, bem como aproximar-se de outros operadores para garantir uma logística de lavagem de dinheiro eficiente possível, processo dependente de uma série de contatos e relacionamentos.

Essa relação de longo prazo com o Estado se estabelece através de contratos de obras, de vínculos com agentes públicos e da participação da construtora no financiamento de campanhas eleitorais. Essa proximidade da Odebrecht com a administração pública e a atividade política é explicitada, particularmente, em ocasiões em que a construtora é envolvida em denúncias públicas de corrupção, como as resultantes das investigações em curso efetuadas pela Operação Lava Jato. (BEZERRA, 2017, p. 104). No esquema,

Bernardo operava contas no exterior para Paulo Roberto Costa, ex-diretor de abastecimento da Petrobras, e as utilizava para o recebimento da propina da Odebrecht. Conforme foi investigado, concluiu-se que o esquema funcionaria do seguinte modo: grandes empreiteiras organizadas em cartel pagavam propina para executivos de alto escalão da estatal e demais agentes públicos envolvidos. A propina praticada variava entre 1% e 5% do valor nominal total de contratos bilionários fechados e superfaturados. Os recursos eram rateados por intermédio dos chamados operadores financeiros do esquema, que incluíam diversos doleiros investigados na primeira etapa (MPF, 2019).

Desse modo, havia uma série de propinas, negócios e o superfaturamento de contratos com empresas, permitindo o desvio de dinheiro que seria distribuído entre os envolvidos. Os doleiros faziam uso de empresas de fachada e contratos fictícios - bem como suas extensas redes de relações - para garantir o funcionamento. Um desses doleiros foi o operador investigado nas primeiras etapas da Lava Jato (e extensamente citado na mídia), Alberto Youssef:

Figura 5: Redes de Alberto Youssef.



Fonte: VORTEX FOUNDATION, 2022.²

² O nome de Alberto Youssef foi centralizado e destacado para efeitos de legibilidade, devido à quantidade de nós nessa rede.

Alberto Youssef é um doleiro e empresário nascido em Londrina, ligado a escândalos de corrupção desde o Banestado, em 2014, quando foi preso pelos crimes de lavagem de dinheiro. Em 2015, Youssef admitiu ter recebido nove milhões de reais por intermediar um negócio em benefício da Odebrecht: a compra da empresa Quattor pela Braskem. Sua rede de relações, conforme o material analisado, porém, é ainda mais extensa. O doleiro tornou-se, com o tempo, um dos mais influentes atores nos mecanismos do esquema de corrupção.

Para atuar nas transferências financeiras, partia de uma rede que possuía mais de cem empresas de fachada, com atividades de importação e exportação, mesmo sem oferecer serviço algum, bem como empresas de consultoria para emitir notas de serviço. Posteriormente, empresas de investimento traziam o dinheiro de volta para o Brasil. A partir dessas associações, Youssef

verticalizou sua participação, atuando como uma verdadeira empresa, coordenando um conjunto de funcionários dentre outros doleiros e emissários (responsáveis pela entrega de dinheiro) a fim de atender ao conjunto diversificado de empresas e partidos para o qual prestava serviço [...]. Aos poucos ele ganhou reconhecimento pelo seu trabalho e passou a ser visto como alguém que tinha bom relacionamento com os políticos e as empreiteiras. Expressões como “tinha credibilidade boa”, “abria portas” e se relacionava com pessoas “tomadoras de decisão” foram utilizadas por sócios de Youssef nas delações e depoimentos. Tais expressões permitem demonstrar, pelo menos, três características essenciais dos mediadores: capital de relações sociais, confiança dos demais atores do jogo corrupto e reputação entre os clientes. (PETRARCA, 2021, p.25)

O próprio Youssef, em sua delação, afirma que o esquema visava perpetuar o poder tanto das empresas, quanto dos políticos. “Agentes políticos das mais variadas cataduras racionalizaram os delitos para permanecer no poder, pois sabiam que enquanto triunfassem podiam permitir e realizar qualquer ilicitude, na certeza que a opinião pública os absolveria nas urnas” (Veja.com, 09/10/2014).

Além disso, afirmou ser “apenas uma engrenagem desse assunto que ocorria na Petrobras. Tinha gente muito mais elevada acima disso, inclusive acima do Paulo Roberto Costa, no caso agentes públicos. Esse assunto ocorria nas obras da Petrobras e eu era um dos operadores” (depoimento).

Youssef demonstra que estabelecer relações não apenas altera a rota da rede, mas constrói credibilidade e autoridade. Nesse sentido, cada um dos agentes, em sua rede, pode atuar como mediador ao estabelecer 'pontes', alterando essa rota da rede ou 'adicionando' novas pessoas. A mobilização dessas ligações torna possível acessar bens, serviços, informações e pessoas (Bezerra, 2018).

Conforme Della Porta e Vanucci (1999) e Pizzorno (1992), esse tipo de operador possui três características essenciais para executar de forma eficiente sua função: capital de relações sociais, confiança dos demais atores do jogo corrupto e reputação entre os clientes. Dentro do esquema investigado pela Lava Jato, quase todo seu funcionamento depende diretamente da 'qualidade' e extensão dessas relações. De um modo geral, ao analisar o histórico da corrupção no país,

podemos perceber mais do que a natureza inapreensível do conceito de corrupção, o conteúdo difuso e variável desses arranjos chamados de corruptos, vemos igualmente o entrelaçamento estreito entre estes arranjos e as formas de organização dessa sociedade, assim como os modos como estas formas de organização são vistas, a existência de redes de proteção, relações de clientelismo e amizade, determinando um

princípio complexo de reciprocidades, fundadas em estruturas características de poder. (SCHILLING, 1998, p.376)

Desse modo, o poder de influenciar agentes e beneficiar-se de um esquema de forma descentralizada passa por relações de confiança e pelo estabelecimento de vínculos com a mesma visão de mundo, de negócios e a mesma moral no âmbito da corrupção.

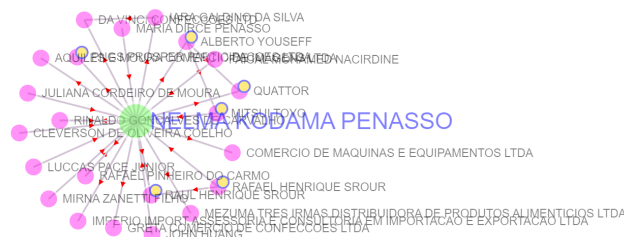
Num último momento, à guisa de conclusão, vamos analisar as redes de Nelma Kodama Penasso. Empresária brasileira, surgiu no noticiário ao tentar embarcar com 200 mil euros no aeroporto de Guarulhos.

Posteriormente, foi investigada, presa e condenada na Operação Lava Jato, sendo solta em 2016 após acordo de delação premiada com o MPF. Em conversa com juiz federal, Nelma afirma “Sou doleira sim, e com muito orgulho” e, depois, discorda do sentido pejorativo do termo, afirmando que “doleiro, para mim, no meu linguajar, no meu entendimento, quer dizer assim, pessoa que tem credibilidade, pessoa que cumpre o que fala e cumpre o que faz” (sic), indicando para nós de forma ainda mais forte a importância de vínculos de confiança para o funcionamento de uma rede desse tipo.

Conforme material do CONJUR (2015), “tem-se prova de que Nelma Kodama dedica-se habitual e profissionalmente à prática de crimes financeiros, inclusive autointitulando-se a maior doleira do país”. As evidências demonstram como a doleira interligava-se a um grande número de operadores e empresas de vários ramos, supostamente utilizadas para lavagem de dinheiro, evasão de divisas, dentre outros crimes.

A Figura abaixo aponta suas redes foram analisadas pela Fundação Vortex:

Figura 6: Redes de Nelma Kodama.



Fonte: VORTEX FOUNDATION, 2022.

A rede de influência de um operador como Nelma Kodama aproxima-se muito mais dos articuladores coordenados por ela e pelas empresas utilizadas como de fachada que das relações com políticos, geralmente realizadas por outros operadores.

Porém, a carreira de Kodama como doleira não nasce apenas na Lava Jato. Em 2006, na chamada CPI dos Bingos, a doleira já aparecia associada como a agente responsável pelas operações em dólar para o Partido dos Trabalhadores. Posteriormente à Operação Lava Jato, Kodama encontra-se novamente envolvida em casos de corrupção, investigados na Operação Descobrimento, de 2021.

Para um ator com tantos relacionamentos bem estabelecidos, e de reconhecida *'expertise'* no sistema, retornar à rede é um processo mais fácil que o de entrada, devido às relações de confiança e capacidade de retomar conexões.

Por conseguinte, sua função - e a dos operadores analisados - é estar constantemente mobilizando os recursos públicos para benefícios privados e vice-versa, garantindo a retroalimentação do sistema a partir de propinas, contratos e financiamentos de campanha.

Stirling (1968) aponta que manipular tais relações é fundamental para resolver questões práticas, como, em nosso estudo de caso, os interesses em torno dos recursos federais, e a necessidade de um ator com capacidade de aprovar investimentos e de angariar recursos - assim, essas práticas integram um conjunto complexo de relações nas quais os interesses econômicos encontram-se com objetivos políticos.

A dimensão coletiva da corrupção só existe pois há participação e cumplicidade entre essas pessoas, em diferentes pontos da rede. Esses intermediários mobilizam e garantem a proteção, socializando os outros agentes. Sendo peças fundamentais do sistema, também devem ser protegidos, para evitar colapsos jurídicos.

Observamos no caso brasileiro um ambiente político onde os partidos competem e suas alianças são frágeis, dando autonomia para os indivíduos adquirirem capital social para construir suas próprias redes.

Reforçamos que o mecanismo garantidor do funcionamento dessas redes é a socialização, bem como os incentivos e contrapartidas dados àqueles que participam do sistema. Experiência no mesmo, então, auxilia tanto a internalizar as práticas quanto a transmiti-las para outros agentes. Além disso, a continuidade depende que esses valores encontrem congruência e dominem os círculos do poder (Pizzorno, 1992).

Desse modo, a aliança responde a uma necessidade de resistir às naturais forças centrífugas no sistema, estabilizadas por essa rede policêntrica e sem lideranças. O esquema investigado na Lava Jato representa o ponto alto da estratégia de corrupção, que funciona no limite entre o delito e o lícito, e é exatamente aí que surge a dificuldade em entendê-la ou combatê-la.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos que o aumento da conectividade e as mudanças na estrutura das redes condicionam a implementação de novas estratégias de corrupção e de novos pontos de resiliência para as mesmas, sendo esse um ponto de atenção não só para sociólogos da política, mas também para gestores públicos, membros do judiciário e investigadores. Para enfrentar esse problema, são necessárias transformações socioculturais, judiciais e econômicas, que advêm apenas da compreensão desse fenômeno.

As características teóricas e estruturais do sistema de corrupção apontam para a existência de uma rede centrífuga, que não possui centralidade, cuja atuação de atores para alterar a rota da rede é a regra geral, mas não o único modo de movimentar recursos e realizar operações.

Passar de explicações que focam em lideranças ou em simplificações para uma compreensão holística da interação entre diferentes fenômenos é um processo fundamental para entender as estruturas da corrupção contemporâneas. Nesse ciclo vicioso de escândalos sistemáticos, a reconstrução política e institucional do país passa por diminuir as condições de controlar tais operações e o aumento dos riscos de corrupção, para visar dirimir a prática.

Num sistema democrático, a corrupção desgasta a legitimidade do sistema político, bem como os atores da mediação e do mercado também corrompem-se, dificultando a produção da virtude e coesão na vida em sociedade, bem como "corrompendo" o bem comum. Percebemos que todo mercado ilegal de corrupção precisa do desenvolvimento de uma rede ilegal e alternativa de relações e proteção. Por fim, estudos como esse podem contribuir na compreensão do fenômeno e no desenvolvimento de compreensões sociológicas, práticas jurídicas e implementações administrativas, pois a capacidade dos Estados de fornecer uma resposta eficiente à corrupção é fundamental para as sociedades do futuro.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, C.H.F.P. **Redes de Relações e a estrutura policêntrica da corrupção nacional: Um estudo de caso a partir da Operação Lava-Jato**. III Seminário Nacional de Sociologia - Distopias dos Extremos: Sociologias Necessárias. Resumo aprovado. Apresentação, Poster Digital, 2020.
- ALMEIDA, C.H.F.P. **A dinâmica da corrupção no Brasil: Análise da atuação de operadores no esquema da Lava Jato**. Trabalho de Conclusão de Curso - Ciências Sociais, Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 59p., 2022.
- ARAÚJO, F.L. **A corrupção como empecilho para o desenvolvimento brasileiro e o fator que afeta diretamente a promoção dos direitos fundamentais**. Revisas Processus Multidisciplinar, v.2, n.4, 2021.
- BEZERRA, M.O.; SILVA, G.M. **Denúncia de 'corrupção governamental' e conflitos políticos no segundo governo Vargas (1951-1954)**. Dilemas, v.14, n.1, 2021.
- BEZERRA, M.O. **Corrupção: Um estudo sobre poder público e relações pessoais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.
- BEZERRA, M.O. **Corrupção e Produção do Estado**. Repocs, v.14, n.27, 2017.
- BONIGIANI, C.F. **Pensando o Brasil: escândalos, corrupção e cultura**. Revista Três Pontos, v.6, n.2, 2009.
- CAMINHA, M.A.L. **A corrupção na Administração Pública no Brasil**. Jus Navigandi, Teresina, ano 8, n. 176, 29 dez. 2003.
- CHADE, J. **Arrependido, brasileiro que lavou US\$ 60 mi escapará de pena de prisão, 2020**. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/02/14/afirmando-arrependimento-operador-brasileiro-deve-evitar-prisao-na-suica.htm>>. Acesso em set. 2023.
- CHAIA, V.; TEIXEIRA, M.A. **Democracia e escândalos políticos**. São Paulo em Perspectiva, v.15, n.4, 2001.
- CHARAN, R. **Como as redes reconfiguram as organizações para resultados**. In: Aprendizado organizacional: gestão de pessoas para a inovação contínua. Org: Robert Howard. Rio de Janeiro: Campos, 2000.
- CONJUR. **Ação Penal Nº 502624305.2014.404.7000/PR, 2015**. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/dl/sentenca-grupo-nelma-kodama.pdf>>. Acesso em set. 2023.
- CORADINI, O.L. **Frentes parlamentares, representação de interesses e alinhamentos políticos**. Revista de Sociologia e Política, v.18, n.36, 2010.
- DAL VESCO, D.G.; SANTOS, A.C.; SCARPIN, J.E. **Análise do campo científico em pesquisas sobre a temática "terceiro setor" no Brasil sob a perspectiva de redes sociais**. Contexto, v.15, n.29, 2015.

- DELLA PORTA, D.; VANUCCI, A. **Corrupt Exchange: actors, resources, and mechanisms of political corruption**. Nova York: Aldine de Gruyter, 1999.
- FILGUEIRAS, F. **A corrupção na política: perspectivas teóricas e metodológicas**. Cedex, v. 5, n.1: pp.1-29, 2006.
- GRANOVETTER, M. **A Construção Social da Corrupção**. Política & Sociedade, n. 9, 2006.
- MARQUES, E.C. **Redes sociais e instituições na construção do Estado e da sua permeabilidade**. Rev. bras. Ci. Soc., São Paulo, v. 14, n. 41, p. 45-67, 1999
- MIGUELETTO, D.C.R. **Organizações em rede**. Dissertação de Mestrado. Escola Brasileira de Administração Pública, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2001.
- MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Entenda o caso**. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/lava-jato/entenda-o-caso/entenda-o-caso>>. Acesso em set. 2023.
- OLIVEIRA, M.B. **O fenômeno da corrupção na esfera pública brasileira**. Dissertação (Mestrado em Políticas e Gestão Públicas; Gestão Organizacional) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008.
- PEREIRA, M.M. **Ativismo institucional no poder legislativo: confrontos políticos, assessores ativistas e frentes parlamentares**. Revista Brasileira de Ciência Política, v.31, 2020.
- PETRARCA, F.R. **A Lava Jato e o Complexo mecanismo da corrupção política no Brasil**. In: Dinâmicas de poder e práticas políticas. Org: Fernanda Rios Petrarca e Wilson José Ferreira de Oliveira. Aracaju: Criação Editora, 2021.
- PIZZORNO, A. **Lo Scambio Oscuro**. Stato e mercato. Aprile, n. 34, 1992.
- RIOS, J.A. **Sociologia da corrupção**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1987.
- ROSE-ACKERMAN, S. **Corruption: A study in political economy**. Nova York: Academic Press, 1978.
- SALCEDO-ALBARÁN, E.; SALAMANCA, L.J.G.; SANTOS, D.; MACÍAS, G.; GUERRA, N. **The Lava Jato Network: Corruption and Money Laundering in Brazil**. The Global Observatory of Transnational Criminal Networks – Working Paper No. 29. VORTEX Working Paper No. 43, 2018.
- SCHILLING, F. **A discussão sobre a corrupção: Moral, herança e governo**. Caderno Est. Soc. Recife, v.14, n.2, 1998.
- SNOW, C.P. **Corridors of Power**. Macmilan & Co: Nova Iorque, 1964.
- STIRLING, P. **Impartiality and Personal Morality (Italy)**. In: Contributions to Mediterranean Sociology. Mediterranean rural communities and social change. Org: James G. Paris: Mouton, 1968.
- THOMPSON, John B. **Political Scandal, power and visibility in the media age**. Cambridge: Polity Press, 2000.
- VANUCCI, A.; PETRARCA, F.R. **A luta contra a corrupção: o estado da arte e perspectivas de análise**. Civitas, v. 20, n.3, 2020.
- VANUCCI, A. **Three paradigms for the analysis of corruption**. Labour & Law, v.1, n.2: pp. 1-31, 2015.
- VEJA. **Petrolão envolvia gente 'de cima', diz Youssef à Justiça**. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/petrolao-envolvia-gente-de-cima-diz-youssef-a-justica/>>. Acesso em set. 2023.
- VELASCO, R.B. **Identifying corruption risk in Brazil: new measures for effective oversight**. Corruption in Latin America, 2018.
- VORTEX FOUNDATION. **Studying Global Criminal Networks - Workspace Brazil Lava Jato**. Disponível em: <<https://vorisoma.scivortex.org/en/node/46142>>. Acesso em fev. 2022.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS DA PESQUISA:

Todo o conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo foi disponibilizado em Vortex Foundation e pode ser acessado em <<https://vorisoma.scivortex.org/en/node/46142>>.

Além deste, o conjunto de dados complementar de apoio aos resultados deste estudo não está disponível ao público.

FINANCIAMENTO:

O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil (CNPq), e vem sendo continuado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).

CONTRIBUIÇÃO DAS/DOS AUTORES/AS:

Autor 1: ALMEIDA, CHFP: Escrita - original e revisão, visualização, conceitualização, metodologia e edição.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE:

O autor 1 declara não haver conflitos de interesse.

MINIBIOGRAFIAS DOS/DAS AUTORAS DO PAPER

Carlos Henrique Filgueiras Prata de Almeida é bacharel em Ciências Sociais pela UFS. Atualmente mestrando em Sociologia na mesma instituição, integra o Laboratório de Estudos do Poder e da Política (LEPP) e o Observatório das Mídias Digitais da UFS.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.